

Lata de lixo para esse calhamaço

Após um ano e meio de reuniões controvertidas e muitas vezes foicloricas, caracterizadas mais pelo personalismo e pela vaidade de seus participantes do que pela qualidade de suas intervenções e sugestões, a Comissão Afonso Arinos está chegando ao final de seus trabalhos de maneira melancólica. Brigando entre si por questões menores, acusando-se reciprocamente com adjetivos pouco elegantes, aproveitando os debates para tentar aparecer no noticiário dos jornais e fazendo proselitismo ideológico em vez de contribuir para que se revitalizem as tradições jurídicas do País, os notáveis acabaram produzindo um documento — ou um calhamaço — demagógico na forma e pífio no conteúdo.

Tal documento é tão absurdo, em razão de seu caráter estatizante e xenófobo, que nem mesmo o próprio secretário-geral da comissão se dispôs a assiná-lo. Neste último fim de semana, por considerar o trabalho de seus colegas como sendo "casuístico", "preconceituoso" e "socializante", o professor Ney Prado tomou a decisão de afastar-se do cargo, evitando dessa maneira o constrangimento de ser identificado como co-autor de uma das maiores farsas em nossa cultura jurídico-política. Para ele, não há razão alguma para assinar um projeto de Carta Magna que, se fosse aprovado, impediria a consolidação da democracia entre nós e comprometeria o próprio futuro econômico do País.

Não é por acaso que, antes mesmo de sua divulgação oficial, no próximo dia 18, esse documento, originalmente elaborado por solicitação do presidente da República, já vem sendo objeto de severas críticas no interior do Palácio do Planalto. É que seus inquilinos mais importantes tiveram a sensibilidade para perceber, em tempo, o equívoco político cometido no primeiro semestre do ano passado, quando o atual chefe da Nação decidiu cumprir uma das promessas feitas por Tancredo Neves no decorrer da campanha eleitoral da Aliança Democrática. Como Sarney ocupava a presidência interinamente, constrangido pela agonia de Tancredo no Instituto do Coração, ele acabou formando uma comissão mais por razões de conveniência do que por critérios de competência. Interessava-lhe, naquela oportunidade, não criar fatos incômodos nem gerar resistências que o desgastassem num momento politicamente tenso e delicado.

Ironicamente, contudo, caberá ao presidente José Sarney colher os frutos amargos de uma decisão tomada num período difícil. E é preciso, desta vez, que ele não sinta constrangimento algum em comportar-se de maneira altiva e em consonância com as expectativas da opinião pública, recebendo de modo polido o esdrúxulo documento dos pretensos notáveis, por uma simples questão de educação e cortesia, mas dando-lhe o devido destino no menor prazo de tempo possível: a lata de lixo. Afinal, como o próprio secretário-geral da Comissão Afonso Arinos já afirmou publicamente, por ocasião de sua renúncia ao cargo, não há muito que se possa aproveitar nesse roteiro constitucional, tamanhas são suas tolices, suas ambigüidades, suas suspeições ideológicas e suas concessões retóricas.

A rigor, falta seriedade a esse projeto de Carta Magna, cujos autores não souberam compreender os anseios da maioria da Nação depois de 20 anos de regime ditatorial e da ampliação insopitável da presença do Estado na vida da sociedade, cujas conseqüências nefastas estamos apenas tentando começar a controlar por meio do chamado Plano Cruzado.

Não compreenderam que o desafio que tinham pela frente era o de romper o perverso círculo vicioso da centralização e da estatização, o qual vem comprometendo a consolidação de um regime democrático na mesma proporção em que, sempre a pretexto da "justiça social", vai ampliando a ditadura da administração pública direta e indireta sobre cada um de nós.

Sem lucidez, imaginação e maturidade para entender os verdadeiros motivos dos males atávicos do País, consubstanciados pela expansão incontida de um Estado avassalador, improdutivo e ineficiente, e sem coragem para enfrentar tanto as pressões políticas de nossa nomenclatura quanto o patrulhamento ideológico dos grupos totalitários, os notáveis optaram pelo caminho da tergiversação demagógica: ora gastaram seu tempo discutindo questões de pouca relevância prática, como a concessão de aposentadoria para donas-de-casa; ora perderam reuniões sucessivas para fazer demagogia, como a fixação de um número mínimo de vagas nas universidades públicas para pessoas carentes; ora julgaram poder fazer da reforma constitucional uma espécie de laboratório de experiências institucionais, desenvolvendo fórmulas mistas de parlamentarismo e presidencialismo; ora procuraram fazer "média" com a nomenclatura, garantindo-lhe as prerrogativas e as mordomias, e com os movimentos da esquerda totalitária, ampliando-lhes o espaço político em nome de uma ambígua tese — a do "Estado justiceiro".

Em resumo: o documento dos notáveis não merece ser levado a sério. Ele não passa de uma espécie de colcha de retalhos, na qual o excesso de adjetivação cumpre uma função retórica precisa: o de esconder contradições doutrinárias e intenções socializantes. Sem densidade eleitoral e conscientes de sua fragorosa derrota nas eleições de novembro, quer a nomenclatura quer os movimentos radicais procuraram transformar a Comissão Afonso Arinos num simples instrumento para a consecução de seus interesses. E os "notáveis", prestando-se a esse papel coadjuvante, esqueceram-se de uma verdade sociológica comprovada por todas as sociedades que chegaram à democracia plena e ao pleno desenvolvimento: as sociedades evoluem e se transformam segundo suas próprias leis e não de acordo com as decisões dos governantes e com os projetos mirabolantes dos intelectuais. Ou seja: não se muda uma estrutura social profundamente enraizada mediante simples texto de lei.

É por essa razão, pois, que o presidente José Sarney não precisa sentir-se constrangido no próximo dia 18: o próprio final melancólico da "comissão de notáveis", com xingações e demissões, é uma prova insofismável de que seu projeto de Carta Magna carece de seriedade e de credibilidade. Felizmente, do mesmo modo como o chefe da Nação pode hoje sentir-se livre para jogar na lata do lixo um roteiro demagógico e xenófobo, a sociedade brasileira está prestes a manifestar seus anseios liberalizantes de maneira igualmente livre, escolhendo legisladores conscientes de que o País precisa de uma Constituição enxuta, capaz de disciplinar o Estado e institucionalizar a liberdade.

ANC 88

Pasta Agos/Out 86

062